

AMPEB em Notícia

Boletim informativo da Associação do Ministério Público do Estado da Bahia • Ano X • Nº 22 • Abril/2015

Associação do Ministério
Público do Estado da Bahia



Ampeb terá nova gestão

Eleição para escolha da nova diretoria, conselho consultivo e conselho fiscal será realizada dia 8 de maio

A Associação do Ministério Público do Estado da Bahia (Ampeb) iniciou processo eleitoral para composição de nova diretoria e conselhos consultivo e fiscal. A gestão, para o biênio 2015/2017, vai substituir a mesa diretiva encabeçada pelo promotor de Justiça Alexandre Soares Cruz, atual presidente da entidade.

A escolha dos novos representantes ocorrerá no dia 8 de maio, na sede da entidade, das 8h às 17h, no Jardim Baiano, em Assembleia Geral Ordinária com os sócios titulares. O edital de convocação e o regulamento sobre as eleições já foram enviados para os associados e publicados no site da entidade no dia 17 de março. As chapas que quiserem concorrer ao pleito têm

até o dia 8 de abril para se inscrever. Poderá concorrer aos cargos qualquer sócio regular que esteja em dia com o pagamento da contribuição associativa e no gozo dos seus direitos estatutários.

São inelegíveis para os cargos de diretoria os associados que tenham exercido, nos seis meses anteriores ao pleito, os cargos de procurador-geral de Justiça, corregedor-geral, promotor corregedor, assessor da PGJ, secretário-geral, coordenador de Centro de Apoio Operacional, coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, ou qualquer outra função gratificada no âmbito do Ministério Público, bem como a função de

diretor da Fesmp.

São inelegíveis ainda, de acordo com o regulamento, os associados que estiverem atuando como membro do Conselho Superior do Ministério Público; afastados de suas funções ou em disponibilidade; concorrendo ao cargo de PGJ ou corregedor-geral; houverem exercido por dois mandatos consecutivos cargos da diretoria ou houverem integrado o conselho consultivo na gestão em que se der o pleito. A comissão que conduzirá o processo eleitoral, também já foi definida. Os componentes são os associados Luiza Pamponet Sampaio Ramos, Adilson de Oliveira e Aurivana Curvelo de Jesus Braga.

Cenário de corrupção é discutido em reunião de associação nacional

O atual cenário de combate à corrupção no Brasil foi um dos temas das discussões da III Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), realizada no Ministério Público Militar, em Brasília, no último dia 24 de março. O encontro teve a presença do procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

A Conamp analisa a criação de uma campanha de valorização do MP, cujo objetivo é fortalecer a instituição e aproxima-la da sociedade. Além disso, também estuda elaboração de propostas para auxiliar o poder

público no combate à corrupção e à impunidade.

Na ocasião, o presidente da Ampeb, Alexandre Soares Cruz, parabenizou Janot por sua atuação à frente da PGR, especialmente na formulação dos pedidos de investigação recentemente apresentados ao STF no âmbito da operação Lava Jato. "Vossa Excelência dá a todos os membros do Ministério Público brasileiro um exemplo de equilíbrio e coragem no exercício das atribuições finalísticas e da chefia institucional", afirmou Cruz.



CNMP notifica Corregedoria a esclarecer ato sobre envio de relatórios de atividades

Presidente da Ampeb defende melhor articulação para garantir incremento

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) notificou a Procuradoria-Geral de Justiça e a Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado da Bahia a prestar esclarecimentos sobre o teor dos artigos 1º, §1º e 4º, parágrafo único do Ato nº 009/2014, que versa sobre relatórios mensais das atividades funcionais dos promotores de Justiça.

A notificação ocorre após a Ampeb ingressar no CNMP com Procedimento de Controle Administrativo (PCA) contestando a legalidade do expediente. A iniciativa do PCA foi tomada após a Corregedoria não haver respondido a contento à consulta formulada anteriormente pela associação sobre as disposições do ato editado.

Um dos pontos atacados pela assessoria jurídica da Ampeb é a ausência de previsão expressa da dispensa do envio de relatórios no prazo (até o dia 25 de cada mês) por membros que

estejam de férias, licença médica, licença-prêmio e licença-maternidade. Argumenta-se que tal omissão daria margem à interpretação de

que esses membros devam fazer o lançamento dos dados no Sistema Integrado de Informações do MP-BA, o que seria inadequado, pois não se pode exigir a prática de ato funcional em períodos legítimos de afastamento.

Outro questionamento decorre do artigo que prevê envio dos relatórios no último dia útil imediatamente anterior ao término do prazo, caso o dia 25 recaia em sábado, domingo ou feriado. No entendimento da assessoria jurídica da Ampeb,



porém, o dispositivo contraria todas as regras processuais vigentes no ordenamento pátrio, que prorrogam o prazo para o primeiro dia útil seguinte quando o vencimento cair em sábado, domingo ou feriado.

O conselheiro relator Leonardo Carvalho determinou a notificação da PGJ e da Corregedoria-Geral do MP-BA no dia 04/03. Caso não haja manifestação, o processo será encaminhado para julgamento em plenário.

Questionamentos sobre relatório que trata das Promotorias de Justiça de Assistência da capital são enviados ao PGJ

Documento se baseia em indicações feitas pela Corregedoria Nacional e precisa ser discutido com a classe, segundo presidente da Ampeb

Questões levantadas a partir do primeiro relatório de autoria do grupo de trabalho montado pela Procuradoria-geral de Justiça por meio da Portaria nº 1869/2014 foram enviadas pela Ampeb ao procurador-geral Márcio Fahel.

Em ofício protocolado sob nº 003.046215/2015 no dia 17 de março, o presidente da entidade, Alexandre Soares Cruz, diz que o esclarecimento de questões iniciais é fundamental para compreender o atual quadro de divisões de atribuições da capital e as propostas de modificação que porventura a PGJ pretenda apresentar às instâncias competentes ou

mesmo implementar diretamente. Para tanto, seis questionamentos versando sobre o assunto foram encaminhados ao Procurador-Geral de Justiça.

No relatório, o grupo de trabalho explica que o objetivo dos estudos realizados é promover o aperfeiçoamento da atuação das referidas promotorias e núcleos, no âmbito do Ministério Público do Estado da Bahia, atendendo a indicações do relatório feito pela Corregedoria Nacional do Ministério Público. E acrescenta que o aperfeiçoamento destes deva ser feito "de forma sistêmica, contemplando a organização das

Promotorias de Justiça da Capital, permitindo-se a correção de distorções no tocante ao exercício das titularidades, bem assim, a transformação de Promotorias de Justiça de Assistência em Promotorias de Justiça com atribuições especializadas".

Ocorre que, para a Ampeb, o relatório apresentado carece de concretude, na medida em que não indica com clareza que alterações a PGJ pretende promover. A intenção da associação é coletivizar as informações a serem dadas pela PGJ com a classe, de modo a possibilitar a ampla e democrática discussão, "evitando que providências administrativas sejam adotadas sem a prévia, imprescindível e adequada avaliação das implicações e repercussões para a instituição e os membros envolvidos", conforme termos do ofício.

Sem respostas

A Ampeb ainda aguarda respostas da Procuradoria-Geral de Justiça acerca de solicitações, algumas já reiteradas, relativas a assuntos de interesse dos membros do Ministério Público da Bahia. Cerca de dez ofícios, remetidos desde setembro do ano passado, não tiveram manifestação do chefe do MP-BA. Entre os assuntos tratados estão o aperfeiçoamento da disciplina do exercício do plantão na capital e interior; provimento de vaga na Promotoria de Justiça da Fazenda Pública da capital; reunião pública para tratar da proposição feita para aferição de merecimento no âmbito do MP; criação e provimento de cargos de assessor. "Ao longo de seus mais 50 anos de história, a Ampeb tem exercido papel de legitimidade representante e interlocutora dos mais de 700 membros do MP, sempre merecendo, como tal, respeito e atenção da PGJ", destaca o presidente da Ampeb, Alexandre Soares Cruz.

Conselho inicia atividades

A nova composição do Conselho Superior do Ministério Público iniciou os trabalhos no último dia 3 de fevereiro. O presidente da Ampeb, Alexandre Soares Cruz, saudou os recém-ingressos durante a primeira sessão de 2015. "É com grande satisfação que venho a essa tribuna, em nome da classe, fazer a minha saudação e externar os meus votos sinceros de êxito", disse ao salientar a importância de o órgão promover com brevidade a revisão dos critérios de aferição de merecimento na instituição. Os novos conselheiros são os procuradores e promotores de Justiça Aurivaldo Melo Sampaio, Ricardo Regis Dourado, Marco Antonio Chaves da Silva, Zuval Gonçalves Ferreira, Julio Cesar Lemos Travessa, Marcia Regina dos Santos Vargas, João Paulo Cardoso de Oliveira, Elna Leite Ávila Rosa e Adivaldo Guimarães Cidade.



EXPEDIENTE

DIRETORIA

- Presidente - Alexandre Soares Cruz
- Vice-Presidente - Fernando Mário Lins Soares
- Secretário-Geral - Augusto César Carvalho de Matos
- Diretor Administrativo - Ricardo de Assis Andrade
- Diretor Financeiro - Tiago de Almeida Quadros
- Diretora Sociocultural - Silvana Brito Suárez
- Diretor de Esportes - Carlos Augusto Machado de Brito

- Conselho Consultivo: Olímpio Coelho Campinho Júnior, Roberto de Almeida Borges Gomes e José Gomes Brito
- Suplente: Maria Auxiliadora Kraychete

- Conselho Fiscal: Cristina Seixas Graça, Eny Magalhães Silva e Eliana Portela Blöizi
- Suplentes: Jandira Lima de Góes, Eduardo Antônio Bittencourt Filho e João Paulo Cardoso de Oliveira

- Coordenação editorial: Cannal Assessoria em Comunicação
- Jornalista responsável: Carla Ferreira DRT/BA 1894
- Diagramação e arte-finalização: Arnoldo Miranda/Gato de AP
- Colaboração: Deiseane Cunha e Alexandre Santos
- Fotografia: Ascom/Ampeb
- Impressão: Presscolor • Tiragem: 1.000 exemplares



O Ampeb Notícias foi a campo falar com o presidente da Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública da Assembleia Legislativa da Bahia, deputado Marcelino Galo (PT). O parlamentar é engenheiro agrônomo por formação, vice-presidente da Comissão de Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos e coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista da Bahia. No bate-papo, Marcelino Galo falou sobre sua visão do Ministério Público, a relação do órgão com o Parlamento e o que se esperar para o ano de 2015, reforma política e segurança dos membros do MP-BA. Confira abaixo a entrevista completa!

Ampeb Notícias - Qual a sua visão sobre o Ministério Público e como avalia a atuação do Ministério Público da Bahia?

Marcelino Galo - O Ministério Público, como instituição essencial ao próprio Estado Democrático de Direito, está fundamentado na história moderna recente da abertura política e consolidação dessa conquista de Estado. As missões são as mais idealísticas e nobres possíveis. No Estado da Bahia, é inegável a modernização pela qual passou e passa a Instituição nos últimos 15 anos; o que se vê desde a estruturação de suas funções, à governança de vanguarda na gestão pública institucional, que coincide com os avanços da administração pública de um modo geral. De modo que a democratização do Ministério Público ampliou consideravelmente o acesso da sociedade e demais instituições a essa, tão fundamental para o controle social e a efetivação dos direitos, se aproximando do entendimento a cerca dos extensos desafios para o aperfeiçoamento do Estado e de busca pela efetividade dos direitos fundamentais. Entretanto, é importante observar o quanto há, ainda, de se fazer para a consolidação da democracia, dos princípios republicanos e da justiça social.

AN - Como o senhor vê a relação do MP com o parlamento?

MG - A relação do Ministério Público com o parlamento, como o da sociedade com o parlamento, é um reflexo das correlações de forças econômicas e políticas do país, retratadas nas Casas Legislativas. De maneira que se as forças conservadoras avançam, há um retrocesso nas questões ambientais, nos direitos humanos, nos direitos civis, trabalhistas e outros. Do mesmo modo, se a composição do parlamento é legitimada numa representação real, livre dos interesses do grande capital, há um avanço na pauta legislativa que passa a se relacionar, de fato, com o interesse público. Por isso a Reforma Política interessa também ao Ministério Público. O Ministério Público tem, para bem dos deveres republicanos, a missão de zelo pelo bom funcionamento das funções de Estado e das políticas públicas estruturantes. Há um diálogo e, mais que isso, uma contribuição real do MP nas Comissões da Assembleia Legislativa e nas Frentes Parlamentares, na construção das agendas de políticas públicas, de parâmetros para as diretrizes de gestão de governo. E no controle e fiscalização que a seu modo, cada uma dessas instituições cumpre - deve ser antes propositiva e de busca pela eficiência na consecução

do interesse público e na busca da efetividade de direitos, porque se trata do maior desafio que as instituições têm, e a sociedade e todos os cidadãos pleiteiam. Portanto - diálogo é a palavra mais representativa.

E em matéria de Direitos Humanos e Segurança Pública, Comissão que temos a honra de presidir, mas acima de tudo, a responsabilidade, o Ministério Público tem desafios gigantescos de contribuição, tanto no dever de permanente busca de realização dos direitos humanos, quanto no aperfeiçoamento democrático e eficaz da Segurança Pública, aliás, nesse sentido, me parece também, que a função de controle externo da atividade policial e a inteligência de Estado são aspectos que precisam evoluir, por isso estamos ampliando ainda mais a interlocução com o MP na discussão desses temas.

Do mesmo modo, na Frente Parlamentar Ambientalista da Bahia o MP é atuante nos quatro Grupos de Trabalho, o GT de Resíduos Sólidos, GT de acompanhamento da implementação do Código Florestal, GT de Combate aos efeitos dos Agrotóxicos e GT das Águas. O MP expõe dados, cobra a regulamentação de leis, pressiona o Executivo e o Legislativo, fundamenta a atuação ambientalista. Na Comissão de Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos, da mesma forma.

AN - Qual a importância do MP para a sociedade?

MG - O Ministério Público tem funções notáveis e desafiadoras, porque assim quis a nossa abertura democrática, mas também as conquistas institucionais, não tão remotas, de consolidação de sua autonomia.

Zelar pelas ordens jurídicas, pelo regime democrático e pelos direitos e interesses sociais e individuais indisponíveis corresponde um universo de deveres e compromissos incessantes no funcionamento da instituição. Dessa forma, as missões do MP de fortalecimento dos serviços de saúde e educação, de meio ambiente, da criança e do adolescente, da eficiência da persecução criminal, da regularidade do sistema eleitoral são deveras de grande relevância para sociedade.

Quer seja para uma atuação que vislumbre o bom funcionamento do Estado e do Governo na criação e execução de políticas públicas que efetive direitos; seja na atuação que fortaleça a promoção de direitos e emancipação dos atores sociais - o que não se pode perder de vista - é a busca pela democratização institucional; e a consciência que deve permear a todos os seus membros - de que o dever da missão é maior que as próprias prerrogativas, porque cidadania é um bem da República e de todos, e só assim consolidaremos a democracia.

AN - O que o MP pode esperar do Parlamento em 2015?

MG - Acredito que o Ministério Público espera, em primeiro lugar, o diálogo. Porque eu creio que o diálogo em um regime democrático é a própria forma de concretizar o regime, e o reconhecimento das funções institucionais, porque os desafios para o Parlamento são também grandiosos, notadamente na busca do respeito às regras do jogo democrático e da aproximação da sociedade à política como atividade nobre inerente à condição humana e primeira via de inclusão de excluídos no âmbito das condições de dignidade. Sem a política é a barbárie. A força bruta e absoluta.

Deve esperar também uma relação republicana, em que a reciprocidade institucional implique no reconhecimento e respeito das funções típicas, compreendendo que a luta pelo desenvolvimento, pela justiça e pela igualdade, em uma sociedade contemporânea com fortes ranços autoritários e pelo escamoteamento social fruto de desigualdade perversa, mais aproxima as instituições que se pretendem democrática, do que as afasta em suas idiossincrasias corporativas.

PONTO DE VISTA

AN - Qual a sua visão sobre a reforma política no Brasil e o modelo vigente de financiamento das campanhas eleitorais?

MG - A reforma política está no centro das questões postas pela sociedade. Pleiteia-se mudanças necessárias, e como reforma estruturante a reforma política deve ser a primeira delas. Precisamos aumentar a representatividade em especial de mulheres, negros e negras, nas casas legislativas e garantir mais participação popular nos processos decisórios. A questão nevrágica da corrupção no Brasil está, de fato, ligada ao processo eleitoral, mas precisamente ao sistema de financiamentos das campanhas eleitorais. É preciso deixar nítido que a corrupção só se dá no Estado porque há corruptores privados a procura de privilégios posteriores. Defendo o financiamento público de campanha com teto para doação pessoal. Se continuarmos a receber financiamento empresarial para as campanhas, seguiremos usando a peneira para nos proteger do sol e, mais que isso, seguiremos afunilando as possibilidades de representação. Se não houver reforma política, não teremos mais representantes populares nas casas legislativas, quão menos no poder Executivo.

AN - No dia 21 de fevereiro último, um promotor de Justiça de Minas Gerais sofreu um atentado ao levar três tiros em frente à Promotoria onde atua. Por sorte, ele sobreviveu. A Ampeb, em diversos ofícios encaminhados à Procuradoria Geral de Justiça, já apontou a necessidade de reforço da segurança pessoal dos membros do MP baiano. Como o senhor avalia a questão da segurança dos membros do MP-BA?

MG - Temos defendido aqui na Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública dessa Casa Legislativa - inclusive tendo realizado uma corrida audiência pública, no dia 17 de março desse ano, que a violência aos servidores da Segurança é uma das mais perversas formas de violação de direitos humanos, conquanto se ataque a pessoa do servidor, como vingança a seu exercício profissional, aos seus deveres funcionais, que contrariou interesses; não raras vezes, ilegítimos.

Acredito que o episódio com o promotor de Justiça em Minas Gerais, possa ser compreendido nessa ótica, e, portanto merecer repulsa.

Por outro lado, não estou convencido a cerca de qual o modelo de segurança se deva erigir para o promotor de Justiça, assim como também para os demais servidores, no caso da segurança, conquanto seja paradoxal: "controlar o controle, assegurar o que assegura".

Em um primeiro momento, acredito que assim como devemos fortalecer e dar eficiência ao Programa de Proteção de Vítimas e Testemunhas, também devemos ampliar o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos. E me parece que contemplar a proteção daqueles que são ameaçados no exercício de sua atividade funcional, como é o caso do promotor de Justiça, deve ser o primeiro passo. Ocorre que no geral, precisamos rever o Sistema de Segurança Pública e Sistema Penal como um todo. O que mais me incumbe na nossa atuação parlamentar é o desafio democracia e a luta por justiça e igualdade. E se há espaços estruturais e funções que mais destoam desse desiderado - está justamente nesses dois sistemas, porque em si, no âmbito das distorções que os deformam, constituem cristalina violação de direitos humanos.

Ampeb repudia atentado contra promotor em Minas Gerais



A Ampeb divulgou nota de repúdio por ocasião do atentado sofrido pelo promotor de Justiça Marcus Vinícius Ribeiro Cunha, de 33 anos, membro do Ministério Pùblico do Estado de Minas Gerais. O caso ocorreu no dia 25/02. Segundo a polícia, cerca de doze disparos de arma de fogo foram feitos na direção do veículo do promotor quando este encerrava expediente na sede do MP de Monte Carmelo (a 303 km de Belo Horizonte). Titular da Promotoria de Defesa do Patrimônio Pùblico de Monte Carmelo e integrante do Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado (GCOC) do Triângulo Mineiro, Cunha foi atingido por três projéteis que provocaram graves lesões nos pulmões e rins.

Na nota, o presidente da associação, Alexandre Soares Cruz, externou a mais profunda indignação frente ao atentado ocorrido contra o colega e manifestou total repúdio ao fato. “O atentado sofrido pelo

colega mineiro evidencia o grave quadro de violência em nosso país, impondo-se resposta veemente do aparato estatal. A tentativa de assassinato de um membro do Ministério Pùblico em razão do exercício das suas funções é demasiado preocupante, especialmente por se tratar de um agente político cuja atribuição precípua, dentre outras deferidas pela Carta de 1988, é a defesa dos direitos sociais e individuais indisponíveis, nos quais se inclui a vida”, afirmou. “A Ampeb, irmanada à Conamp e à Associação Mineira do Ministério Pùblico, reafirma sua confiança nas autoridades para a elucidação do fato, na certeza de que os autores do delito serão punidos. A tentativa de execução de um membro do Ministério Pùblico brasileiro, seja por que causa for, é, antes de tudo, um atentado ao Estado Democrático de Direito, que deve merecer a repulsa de toda a sociedade”, encerra a nota.

Vagas oferecidas em concurso do MP são insuficientes

Provas discursivas encerraram em 22 de março

O total de 30 vagas para provimento de cargos de promotor de Justiça substituto no Ministério Pùblico da Bahia, oferecido em edital de concurso em andamento, é insuficiente para a atual demanda de trabalho, segundo o presidente da Ampeb, Alexandre Soares Cruz.

Conforme Cruz, a realização da seleção é de suma importância, mas não resolve o problema do déficit de promotores de Justiça na Bahia. A cobrança pela realização de concurso público para provimento de vagas

foi um dos alvos de solicitações da Ampeb em 2014. O edital nº 146/2014 foi publicado no dia 2 de setembro, no Diário de Justiça Eletrônico (DJE), anunciando o concurso com validade de dois anos. As provas discursivas encerraram nos dias 21 e 22 de março. “Mais de 200 promotorias de Justiça da Bahia estão vagas no interior, muito em decorrência da política recentemente implementada de criação de novas e inúmeras vagas na segunda instância e na capital, sem adequado planejamento”, destaca.

De acordo com informações colhidas pela Ampeb junto à Procuradoria-Geral de Justiça, até maio de 2014, 217 promotorias de Justiça estavam vagas, algumas há vários anos, a exemplo de Barreiras, Santa Maria da Vitória, Juazeiro e Jequié. O Conselho Nacional do Ministério Pùblico (CNMP) também constatou, segundo o último relatório de inspeção divulgado, a necessidade de providências diante do número de vagas em todo o Estado.

DIÁLOGO INTERINSTITUCIONAL



(OAB) O presidente da Ampeb, Alexandre Soares Cruz, participou da primeira reunião de 2015 da Mesa Permanente de Articulações do Poder Judiciário Estadual de

2015, no Fórum Ruy Barbosa, onde foi decidido que diante das recusas do Tribunal de Justiça da Bahia em receber a Mesa para a entrega da Carta Aberta de Proposições ao TJ-BA, o documento deverá ser entregue ao presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Ricardo Lewandowski.

(PGE) Outra agenda importante do presidente da Ampeb foi com o procurador-geral do Estado da Bahia, Paulo Moreno Carvalho. Em visita de cortesia acompanhada pelo assessor jurídico da associação, Manoel Pinto, no dia 23/03, na governadoria (CAB), Alexandre Soares Cruz, tratou de diversos pleitos de interesse da classe no âmbito do governo do Estado.



(Amab) Em movimentada cerimônia, a Associação dos Magistrados da Bahia completou 50 anos de fundação. Alexandre Soares Cruz compareceu ao momento e destacou que a entidade, assim como todas as representações classistas, são responsáveis pelas mais substâncias conquistas das carreiras típicas de Estado, e merecem toda a honra e prestígio pela história que traçam e lutas que travam.

